
Clivagens inter-étnicas latentes: Um estudo de caso no concelho de Barcelos¹

Manuel Carlos Silva* e Maria Goretti Pinto***

1. Introdução: O problema

As minorias étnicas são uma presença que perturba e gera polémica, que não passa indiferente, desenhando-se entre elas e a maioria autóctone tensões e linhas de clivagem e servindo não raro como ocasião (*enjeu*) de afirmação e classificação social em termos étnicos e de classe. Neste texto propomo-nos, com base numa pequena amostra de 100 cidadãos barcelenses inquiridos indagar sobre quais as práticas e representações destes cidadãos não ciganos sobre as minorias étnicas. Elas estão longe, porém, de suscitar consenso e unanimidade, verificando-se posições divergentes e até opostas, embora predominem, como veremos, atitudes preconceituosas e práticas de discriminação e racismo. Através de lógicas de exclusão do outro, do diferente, participa-se activamente na construção e no enquistamento de endo e exogrupos, dando lugar a teias de relações perpassadas por estratégias de evitamento, rebaixamento e hostilidade. Sendo este um problema recorrente, trata-se de aferir e verificar se, como e em que medida cidadãos do concelho de Barcelos denotam ou não práticas e atitudes discriminatórias face às minorias étnicas e, em caso afirmativo, quais os factores e/ou mecanismos que permitem compreender e explicar este fenómeno.

Tendo consciência da amostra reduzida, cremos, embora com alguma prudência, poder avançar com uma hipótese de trabalho fecunda, segundo a qual a relação social dos residentes, maioritários, com as minorias étnicas depende não só das variáveis em torno da etnia, mas também da condição económica e do nível de instrução ou capital escolar, variáveis que interferem nos processos e vivências de proximidade-distanciamento, solidariedade-hostilidade para com as minorias étnicas.

É, sobretudo, entre os mais e os menos letrados que as discrepâncias se abrem mais fundo. *Grosso modo* poder-se-á dizer *os portugueses em condição económica e instrução escolar avantajada tendem a demonstrar menos preconceitos e atitudes flagrantemente discriminatórias mas denotam um relativo distanciamento e não raro formas latentes e veladas de racismo em relação às minorias étnicas*. Em contrapartida, *os portugueses em condição económica e instrução escolar mais desprovida convivem mais de perto com membros de minorias étnicas mas, por razões de concorrência e competitividade nos vários campos - social, cultural, educativo, político - têm representações sociais mais preconceituosas e práticas de discriminação não raro racistas*. Ao mesmo tempo são também estes que *por razões de proximidade e homogeneidade de classe, denotam sentimentos de maior proximidade geográfica, interconhecimento e solidariedade para com minorias étnicas*, sendo esta última vertente em relação às minorias africanas dos PALOPS já avançada e defendida por Machado (1992).

¹ Este texto em co-autoria, cujos dados foram recolhidos e tratados em 2003 por altura da realização do estágio curricular de Goretti Pinto, enquadra-se num projecto de investigação intitulado “*Do racismo e da xenofobia ao multiculturalismo*” (POCTI/SOC/2000), subsidiado pela FCT e sob coordenação primeiro autor.

* Sociólogo, Professor Associado, ICS, Universidade do Minho

*** Socióloga, Professora do Ensino Básico.

2. Da diferença ao racismo: Breve síntese de abordagens

A diferença, característica presente nas sociedades humanas, torna-se problemática, sempre que se assume e/ou pretende hierarquizar raças e legitimar formas e expressões de racismo. Nesta óptica e até de acordo com um certo senso comum, os seres humanos não podem ser tratados como iguais. A diferença é correntemente considerada, como refere Guillaumin (1995:152) “*o estado definitivo, imutável e essencial dos que estão em posição minoritária numa relação qualquer*”. Certos (pseudo)teóricos chegam mesmo reclamar a segregação, fazendo da diferença “*um direito das maiorias se defenderem da ‘miscigenação cultural’*” (Pierucci 1990:29). A simples enunciação de diferenças culturais tem amiúde subjacente a ideia de hierarquias culturais ou a distintividade social do endogrupo. Como explicar este fenómeno? Sem pretender agora dar conta e desenvolver as várias teorias, poder-se-ão enumerar e subsumir em quatro conjuntos:

(I) as teorias biogenéticas que, afirmando a pureza e a hierarquização das raças, sustentam o racismo em factores de ordem biogenética, legitimando assim a superioridade de umas raças sobre outras (Gobineau 1940);

(II) as teorias etológicas e socio-biológicas (Lorenz 1987), segundo as quais os genes, os caracteres selectivos e/ou os instintos seriam os factores responsáveis dos diferentes comportamentos e qualidades humanas;

(III) algumas teorias (socio)psicológicas que explicam o preconceito racial e os comportamentos autoritários respectivamente pelo lado emocional inerente a certas predisposições psíquicas e pela interiorização de valores (Dollard 1937) ou pelas repressões e frustrações no processo de socialização (cf. Adorno *et al.* 1950);

(IV) algumas teorias sociológicas, fortemente diferenciadas entre si: enquanto certas teorias conservadoras apelam a conceitos orgânicos de vínculos primordiais, constitutivos de determinada pertença étnica ou cultural e as concepções liberais, orientando-se em função da discriminação nas relações face a face, vêem o racismo resultante da insuficiente adequação jurídico-política, a visão radical e socialista tende a explicar o racismo ora com base nas relações assimétricas de poder e/ou estratificação social (cf. Rex 1988, Memmi 1993), ora com base nas relações de produção e dominação capitalistas (cf. Balibar e Wallerstein 1988).

Na esteira de Bader (1995), diríamos que, se estas últimas posições apresentam maior consistência, elas são ainda insuficientes na medida em que não avançam conceitos específicos nem dão conta de contextos que contribuem para explicar os fenómenos racistas, a saber, o etnocentrismo, o (auto)fechamento de grupo e o diferenciado grau de controlo de recursos entre os diferentes grupos étnicos. Em suma, a compreensão e a explicação dos fenómenos de discriminação e racismo terão que enquadrar e articular os conceitos nucleares de etnia e situação de classe², pois qualquer um deles por si só não explica as tensões e os conflitos interétnicos e intraétnicos.

No quadro das respectivas interacções, os indivíduos são condicionados por constrangimentos de vária ordem, resultantes de processos de socialização, em que o *habitus*, como componente mediadora entre o objectivo e o subjectivo, adquire uma importância fulcral. Neste processo os indivíduos são também agentes criadores com capacidade de reflexão sobre si e sobre os outros. Procurar uma explicação das relações interétnicas implica articular a abordagem estrutural com a perspectiva accionalista, a que acresce a dimensão organizacional.³ Assim, na análise deste fenómeno, para além do lado

² Dada a impossibilidade de tratar neste pequeno texto a articulação entre etnia e classe, remetemos para os teóricos das classes sociais e para contributos de diversos autores tais como Balibar e Wallerstein (1988) Bader (1995).

³ Não sendo possível referir e expor os inúmeros autores, clássicos e actuais, que se debruçaram sobre estrutura e acção, constrangimentos e estratégias, remetemos para uma breve síntese (Silva 1998:69 ss).

estrutural, relevam os aspectos organizativos e interaccionais, na medida em que "*são as diferentes formas de interacção entre os indivíduos que os levam, frequentemente, a 'construir' subjectivamente, certas diferenças e estas poderão ganhar formas 'objectivas'*" (Ferreira 1995:326).

As representações sociais dos grupos maioritários são construídas na base de crenças arraigadas e transmitidas no processo de socialização em torno da 'raça' ou da etnicidade, entendida esta como conjunto de práticas culturais e modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos minoritários vêem-se culturalmente a si próprios como diferentes e encontram-se, em regra, em posições de forte desvantagem por relação a outros grupos sociais no que concerne ao acesso a diversas oportunidades de vida, sendo notório o "*acesso desigual aos lugares diferenciados do mercado de trabalho e ao sistema promocional*" (Giddens 2000:338), tese de resto já sustentada por Weber (1978) no conceito de fechamento (*social closure*) e desenvolvido por diversos autores tais como Parkin (1979), Rex (1988), Bader e Benschop (1988). Para Bader (1995) é a acumulação de factores de desvantagem, por um lado, nomeadamente de etnia oprimida e subclasse social desprivilegiada e, por outro, de determinada assertividade na sua cultura identitária com os seus hábitos e estilos de vida específicos que potencia estratégias, geralmente defensivas, face à discriminação de que são alvo, mantendo um certo sentido de solidariedade de grupo e autopercepcionando-se como pessoas "à parte" em relação à maioria. Por regra geral, segundo Giddens (2000:260), "*a experiência de serem objecto de preconceito e discriminação amplifica normalmente sentimentos de lealdade e interesses comuns*". Habitam um espaço físico e social relativamente isolado da comunidade mais alargada, tendendo a concentrar-se em subúrbios e periferias das cidades. Denotam práticas endogâmicas, realizando casamentos no seio do próprio grupo, como um mecanismo de defesa do endogrupo por oposição ao exogrupo, como forma de preservação da sua identidade cultural. A este propósito, Breton (s/d: 55), sustenta que "o inconsciente individual é um produto, uma manifestação do inconsciente colectivo". De acordo com o mesmo autor, os membros de uma etnia aperfeiçoam a sua visão do mundo através do filtro da cultura étnica, o que origina a formação de uma espécie de 'personalidade-base', em termos de Linton (1952), ou seja, um conjunto de percepções, sentimentos e valores comuns ao grupo.

A acentuação de estereótipos, normalmente negativos, sobre a comunidade cigana e as comunidades africanas negras salienta a exclusão/rejeição das mesmas por parte da maioria, o que, por sua vez, incita estas comunidades a reforçar a sua identidade, refugiando-se nela para alimentar um sentimento de pertença e coesão de grupo e para garantir a sua reprodução social⁴, o que, por seu lado, acentua a exclusão a que são sujeitos, funcionando estes mecanismos num sentido circular (Pinto 1995:37-51).

Deste modo, as relações sociais podem oscilar entre dois pólos principais: por um lado, o pólo da proximidade, da convivência, da intimidade e da pessoalidade e, por outro, do alheamento, da distância, da indiferença e até mesmo da repulsa. Ao primeiro pólo correspondem espaços socioculturais familiares, íntimos e afectivos, nos quais cada agente interage com os seus próximos e conhecidos; ao segundo pólo correspondem espaços distantes, o que implica, quando não evita, a interacção com o diferente, o desconhecido. Ora, as situações de discriminação e racização são, amiúde, também fruto deste distanciamento em relação ao que é entendido não só como diferente e desigual, mas também como inferior e, eventualmente, 'perigoso'. A categorização, a estigmatização e até a segregação são produzidas de forma naturalizada, sendo susceptível de desembocar, não raro, em fenómenos de exclusão e discriminação sociais.

⁴ Wieviorka (1993:181) reconhece aqui a etnicidade na sua plenitude em nome da sua identidade particular da sua experiência como grupo ou da necessidade de assegurar a sua sobrevivência em épocas particularmente difíceis, capaz de apelar à sua memória para pressionar a história.

3. Posicionamento face às minorias étnicas

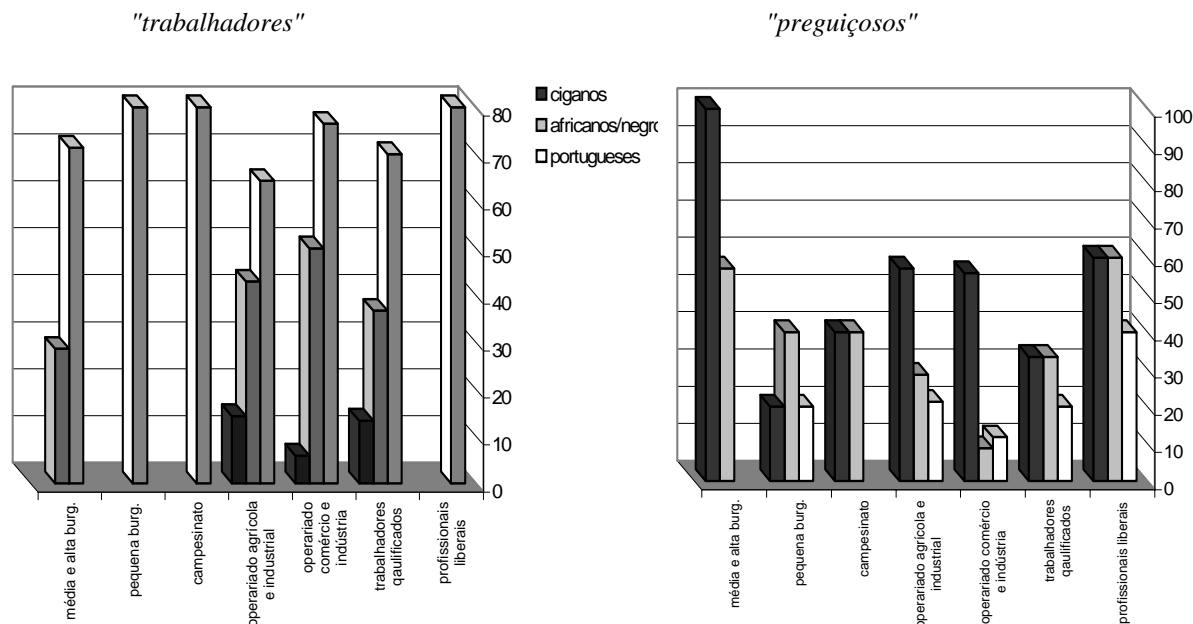
Dos dados de conjunto recolhidos através dos inquéritos e das entrevistas, podemos aferir as diversas percepções e representações sociais desenvolvidas por residentes no concelho de Barcelos acerca das minorias étnicas, bem como as atitudes e práticas discriminatórias que endereçam, revelando, em maior ou menor grau, (pre)conceitos e valorações mais negativas que positivas acerca do outro diferente, traduzidas em aspectos tais como rejeição da intimidade e da descendência mútua, entre outros.

3.1. Percepções e representações

No que concerne a apreciação das minorias étnicas, as percepções e juízos por parte de membros da maioria não são obviamente convergentes. Enquanto algumas questões suscitam um considerável consenso, outras geram respostas divergentes, sendo sintomáticas das clivagens mais ou menos cavadas entre classes/ou categorias profissionais abordadas nesta pesquisa. Se certos juízos de valor são transversais a diversas profissões e, como tal independentes das mesmas, outros revelam assinaláveis diferenciações.

Os inquiridos tendem, de modo geral e na sua maioria, a subestimar traços positivos e sobrevalorizar traços culturais negativos das minorias, salientando, por exemplo, a preguiça, a desonestidade, a impulsividade, a vingança ou agressividade. Questionados os inquiridos sobre se os ciganos e os africanos negros são (muito)trabalhadores ou preguiçosos, foram obtidas as seguintes respostas por classe social:

Gráfico 1 Capacidade/vontade de trabalhar de membros das minorias étnicas vista por inquiridos da maioria por classe social



Fonte: ILB, 2003 Projecto POCTI/SOC/2000

A "preguiça" é uma das características atribuídas aos ciganos por membros da burguesia (100,0%) e também maioritariamente aos africanos/negros (57,1%), embora numa percentagem menor que aos ciganos.

No que respeita à capacidade de trabalho ou vontade de trabalhar, a maioria dos inquiridos (63%) não a reconhece aos africanos/negros e, em relação aos ciganos, quase a totalidade dos inquiridos (91%) praticamente a nega. Sendo esta uma característica assinalada por 88% dos inquiridos como positiva num ser humano, os inquiridos, respectivamente em 57,3% quanto aos africanos negros e em 82,3% quanto aos ciganos, atribuem-lhes uma reputação de "muito preguiçosos" ou "razoavelmente preguiçosos", não se observando discrepâncias de pontos de vista de categoria profissional para categoria profissional, com grande homogeneidade de opiniões. Com alguma insistência se ouviu inquiridos a afirmar com expressões idênticas ou semelhantes a esta: *"Eles não querem trabalhar! Nunca gostaram de trabalhar na vida. A vida que levam é muito melhor!", "Trabalhar para quê?", "O cigano é malandro!"*.

Se diferenciarmos as opiniões dos inquiridos por classe/grupo social acerca da capacidade de trabalho dos membros das minorias étnicas, são os membros pertencentes a fracções da burguesia que registam elevados índices de juízos negativos (100,0%), mas tal percepção, ainda que em menor medida, é partilhada, em proporções aproximadas, por membros da pequena burguesia, de profissionais liberais, pelo campesinato e ainda por trabalhadores do comércio e serviços (94,1%).

Já, porém, no que respeita aos portugueses, a quase totalidade dos inquiridos atribui a característica de "muito trabalhadores", argumentando: *"A nós ninguém nos dá nada, nem essa coisa do rendimento mínimo nem coisa nenhuma! Isso é só para quem não quer fazer nada como os ciganos, por isso é que eles não precisam de trabalhar. Nós temos de lutar pelo que queremos!* Estas auto e heteropercepções favorecem o seu endogrupo, de cuja pertença se sentem orgulhosos e agem de forma hostil contra os membros de exogrupos culturais, os quais, no entender do endogrupo, *"pensam, sentem e agem de forma tida por não natural"* (Vala 1999:151). A valorização do endogrupo transforma-se em inferiorização do outro e exprime desejo de segregação e discriminação, o que, entendido num quadro de hierarquização de culturas, visa justificar e legitimar as atitudes negativas face às minorias étnicas.

Subjacente a estas cotações fortemente negativas emerge também a tendência por parte de 62.7% dos inquiridos em associar os ciganos ao tráfico de droga⁵ e à venda de material contrafeito, numa base ilegal, o que explicaria, no entender de grande parte dos inquiridos, as melhores condições económicas usufruídas pelos ciganos. Esta convicção é apenas contrariada por apenas 13,1% dos inquiridos. Por outro lado, os ciganos são amiúde associados à prática de roubos, cuja prática desenvolvem, na opinião de 46.5% de inquiridos, precisamente porque "não querem trabalhar".

Não obstante o empolamento da riqueza dos ciganos, é paradoxal todavia constatar nas respostas dos inquiridos a fácil identificação das minorias étnicas pelas suas condições de vida pobre ou miserável. Uma taxa considerável de inquiridos afirmam que os ciganos *"vivem na miséria, mas gostam de viver assim"* (45,8%) ou que *"vivem pobres porque só fazem os trabalhos de que gostam"* (35,7%).

Quanto aos africanos/negros, os inquiridos dizem tratar-se de grupos caracterizados por uma elevada taxa de actividade resultante, sobretudo, do trabalho por conta doutrem em empresas de construção civil ou em obras públicas e, não raro, em regime de subcontratação. São trabalhadores inseridos em actividades pouco qualificadas, sem contrato nem qualquer vínculo laboral. Seja pela precariedade de trabalho, seja pelos baixos

⁵ É de salientar uma afirmação curiosa proferida por um juiz da comarca de Barcelos quando questionado a este propósito: *"Infelizmente, aqueles que nos aparecem aqui vêm por causa disso. Não sei se é por questões culturais ou por necessidade económica, mas essa é que é a verdade! Há aqui acampamentos próximos ... eu sei onde são, ... ali em Barqueiros (freguesia a poente de Barcelos), que a única coisa que lá se faz é traficar droga. Neste momento, quase metade dos que lá viviam estão presos porque foram apreendidos milhares de contos em ouro e muitos quilos de droga."*

salários, seja ainda pela situação de ilegalidade em que rara ou dificilmente têm acesso ao centro de emprego e aos serviços sociais, os imigrantes africanos, diferentemente dos ciganos, são encarados com alguma pena, solidariedade e compreensão: "*Coitados! Esses trabalham de sol a sol e ainda por cima são capazes de não lhes ser pagas horas de trabalho*". Mais, a maior parte dos inquiridos, independentemente da classe social, acredita que se os imigrantes africanos tivessem oportunidades sociais e económicas mudariam o seu estilo de vida e teriam outras condições de habitabilidade.

Em relação às trajetórias escolares, os filhos das minorias étnicas, pouco familiarizados com a cultura escolar, são amiúde vistos como casos de abandono e insucesso escolar, para cujo desfecho contribui a falta de predisposição e adaptação aos saberes, discursos e valores veiculados ou até impostos pela cultura dominante. A este respeito foram os inquiridos solicitados a explicitar as razões da fraca prestação, do insucesso ou mesmo abandono escolar dos filhos das minorias étnicas. Por exemplo, a visível não frequência da escola por parte filhos dos ciganos deve-se ao facto de "*os pais não darem valor à escola*", razão que congrega um maior número de respostas junto dos profissionais liberais (80,0%), trabalhadores qualificados (44,8%) e do campesinato (40,0%). Em contrapartida, 60% dos inquiridos pertencentes à pequena burguesia atribui essa realidade ao facto de eles "*não conseguirem estar fechados numa sala de aula*".

Ainda relativamente aos ciganos, a falta de escolarização é objecto de acintosa censura por grande parte dos inquiridos: "*Os meninos só vão à escola se lhes pagarem. A Assistente Social vai lá ao acampamento e se eles forem à escola é que têm um subsídio qualquer... o rendimento mínimo! Ora, a nós não nos dão nada!*". Deste modo, é desvalorizada e desacreditada a escolarização porque atribuível apenas aos incentivos e obrigações resultantes da percepção do rendimento mínimo.

Estes aspectos concorrem decisivamente para que o cigano seja apontado como alguém que "*não se comporta de acordo com a nossa sociedade*". Com efeito, grande parte dos inquiridos tende a considerar que os ciganos são incapazes de respeitar a divisão e a hierarquização "legítimas" do mundo social, de "ajustar-se" ou "moldar-se" aos padrões em vigor e regular-se pelo bom senso comum, no respeito pela ordem estabelecida: "*Antes de realojar os ciganos (...) era preciso um pavilhão com instalações sanitárias para eles começarem a ter hábitos de higiene. E depois sensibilizá-los para a importância da escola com a ajuda de técnicos de educação social, por níveis etários*". Neste quadro fortemente preconceituoso não é de estranhar que as normas e valores culturais específicos das minorias étnicas acabem por não ser reconhecidas como legítimas, com particular incidência em relação aos ciganos. Acresce que quase metade dos inquiridos não conhece as tradições e os costumes das minorias étnicas: 43% em relação às dos ciganos e 50% em relação às dos africanos/negros

As acusações feitas aos indivíduos das minorias étnicas não só se referem à totalidade dos membros do grupo, uma vez que as qualidades de cada um não implicam a isenção aos restantes, como também são ilimitadas no tempo, dado que "*nenhum acontecimento irá alterar as convicções já definidas*" (Memmi 1993: 79ss). Segundo Liégeois (1989:140), a linguagem falada é o "*veículo mais utilizado e o mais carregado de estereótipos e é também, por isso mesmo, o mais difícil de modificar, porque cada um está profundamente habituado a elas*". Numa retrospectiva á idade da infância de grande parte dos cidadãos são relembradas e reproduzidas advertências denotativas de certos estereótipos: "*Se não comeres a sopa*" ou "*se não te portares bem, vem um cigano e levate*". Narrativas, anedotas e boatos visam votar os membros das minorias, sobretudo da etnia cigana, à marginalização e mesmo ao ostracismo social, cavando e firmando distâncias a fim de, através de estratégias de demarcação e rebaixamento, os denegrir, desacreditar e colocar no "seu lugar".

3.2. Sociabilidades e práticas sociais: Convergências e divergências

De uma maneira geral, a população inquirida considera-se defensora da tolerância e do respeito pelos outros. No entanto, podemos constatar que a convivência entre o grupo maioritário e as minorias étnicas se resume a contactos limitados ou até mínimos, quer nos locais de trabalho, quer, quanto aos ciganos, nas feiras ou encontros casuais nas ruas.

Os trabalhadores qualificados (66,7%) e membros da burguesia (57,1%) tendem a gizar estratégias de evitamento, enquanto os trabalhadores assalariados da indústria e serviços (43,8%) revelam "raramente" ou "nunca" ter contactos com ciganos (43,8%) e com africanos-negros (31,9%). Recusando-se terminantemente assumir qualquer insinuação de práticas racistas, repetindo incessantemente "*isto não é racismo!*" a propósito de contextos de interacção, indicam claramente o tipo de respostas que são socialmente aceitáveis, ou quando sentem que a sua autodefinição como sujeitos igualitários está em causa, os entrevistados parecem "*servir sobretudo a necessidade de se proteger contra a tomada de consciência das próprias convicções racistas*" (Pettigrew e Meertens 1995: 127).

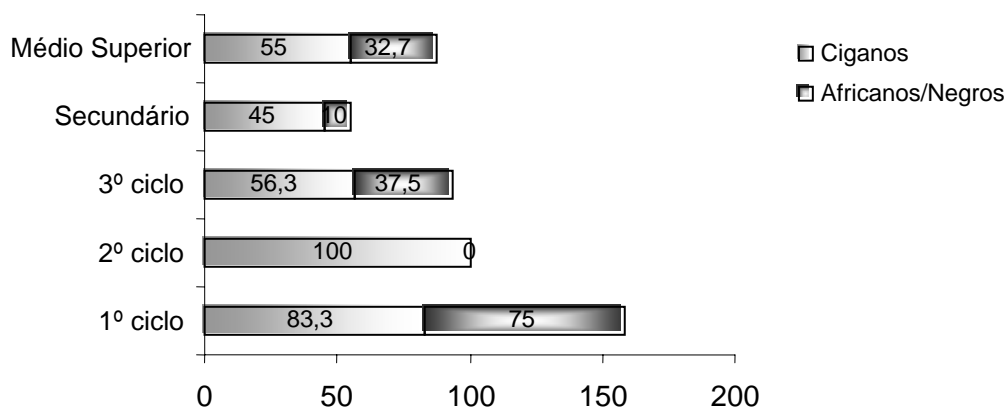
Quando, explicitamente, são solicitados a exprimir a opinião acerca da constituição de turmas específicas para as minorias em Portugal, emerge de forma manifesta o princípio do anti-racismo, que lhes dá aso a ilibar-se de qualquer censura sobre alegadas atitudes e comportamentos hostis para com as comunidades étnicas: "*Os indivíduos rejeitam expressões cruas e flagrantes de hostilidade intergrupala. No entanto, expressam formas indirectas e subtis de racismo que se mostram bons preditores da rejeição de exogrupos*" (Vala 1999:25).

Evidencia-se uma dissociação entre a atitude interna e o comportamento explícito dos indivíduos em contexto social. Os mesmos que rejeitam a presença das minorias étnicas no nosso país são também os que não concordam "total" ou "parcialmente" (48,4%) com a integração dos filhos destes em turmas à parte nas escolas.

A simples enunciação ou invocação de diferenças culturais tem subjacente a ideia de hierarquias culturais ou a distintividade e superioridade social do endogrupo que estará na origem do preconceito e preditor de discriminação intergrupala (cf. Vala 1999:148). Para medir a diferenciação cultural foi pedido aos inquiridos que avaliassem a diferença entre portugueses não ciganos e as minorias étnicas em diversas dimensões da cultura: educação das crianças, valores transmitidos aos filhos, religião, sexualidade, língua, valores morais, atitudes perante a vida e a morte. Dos resultados obtidos acerca destes *itens* (entre 80 a 100%) destila-se um conjunto de pressupostos denotativos de um único conjunto de valores, transversais a membros de diversas classes sociais, o que revela valorização negativa, rejeição e incompreensão das culturas das minorias, as quais são vistas, por medo ou desconhecimento, como uma 'ameaça' à suposta homogeneidade social do grupo maioritário.

Um dos sintomas mais relevantes para a percepção de diferenças raciais e diferenças culturais reside nas atitudes, por parte de várias categorias escolares, de rejeição da intimidade sexual e casamento e da descendência mista, subjazendo a tais concepções a atribuição de inferioridade racial e étnica dos ciganos e negros.

Gráfico 2 Nível de instrução e índice de rejeição da intimidade sexual e casamento



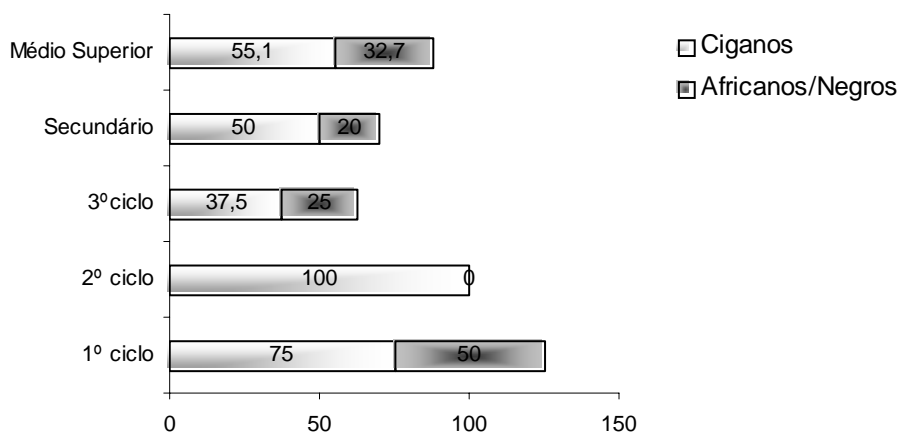
Fonte: ILB, 2003, Projecto POCTI/SOC/2000

A recusa da intimidade cria um hiato entre os grupos, gerador de inevitáveis distâncias, pelo que não se misturam significativamente por casamento (59,0%) e filiação (52%). Esta posição recebe apoio de 85,7% dos que se inserem na burguesia e entre 80 e 100% daqueles que se inserem no grupo dos profissionais liberais e no campesinato.

Mas, em todas as considerações desenvolvidas surge o nível de instrução como um bom preditor de preconceito e discriminação muito mais do que a classe social de pertença. São os indivíduos com baixos níveis de escolaridade os mais predispostos a rejeitar relações de intimidade com as minorias étnicas, com reforço desta ideia muito mais em relação aos ciganos (entre 75 e 100%) do que aos africanos/negros (entre 50 e 75%).

Em relação aos índices de rejeição de descendência mútua por nível de instrução, obtém-se o seguinte gráfico:

Gráfico 3 Índice de rejeição da descendência mútua por nível de instrução



Fonte: ILB, 2003, Projecto POCTI/SOC/2000

Quanto maior for o grau de proximidade na relação imaginada, maior é a distância criada: “*namorar com a minha filha?!?! Ter relações sexuais com a minha filha? Ai, ai...Nem quero pensar nisso. E com um cigano ainda é pior, que desgraça! Era a morte!*”⁶ Curiosamente, enquanto 41,7%% dos inquiridos que completaram o 1º ciclo se importam ter um cigano como parente próximo, “*desde que não fosse casado comigo ou com os meus*”, o facto de o cigano ser cidadão português apenas incomoda 16,7%% daqueles que se inserem na mesma categoria. Quanto aos africanos/negros o registo de rejeição nas respostas é de cerca de 17%.

Em articulação directa com o nível de instrução surge o nível etário. Estamos em condições de afirmar que são os mais velhos, sobretudo entre 60 e 80 anos, os mais assertivos na rejeição de relações de intimidade e descendência mútua, manifestando-se de forma mais flagrante, aberta e agressiva contra a "mistura" de filhos/filhas com membros de minorias étnicas, em especial a cigana. À medida, porém, que decresce a escala etária dos inquiridos, decrescem as manifestações de rejeição da intimidade e descendência mútua. Donde, a faixa etária entre os 20 e 40 anos estabelece uma fractura com o tradicional racismo flagrante, adoptando, em menor medida, formas de racismo subtil.

Os inquiridos oscilam, assim, entre manifestações veladas de racismo, que envolvem a negação de atributos negativos a exogrupos, e as manifestações flagrantes, enquanto forma tradicional de racismo que combina a rejeição exogrupal com a atribuição do perigo de “ameaça” do grupo minoritário. A primeira apresenta-se aparentemente como não racista, evitando assim, pelo encobrimento, a censura da norma social que condena as expressões flagrantes de racismo e discriminação intergrupala, legitimando práticas de discriminação e segregação. A segunda, mais tradicional, “*exprime-se através de crenças sobre a inferioridade das minorias étnicas, a indesejabilidade de mistura de raças e a percepção de que eles constituem uma ameaça*” (Vala 1999:46). Aplicada a situações concretas, esta distinção analítica sustentada por Vala (1999) deve contudo ser relativizada porque as diversas formas de discriminação e racismo, sendo todas elas relacionais e não passíveis de ser catalogadas apenas por faixas etárias, níveis de instrução e situação de classe, dependem de vários factores acima enunciados no breve enquadramento teórico.

Dos resultados obtidos nesta pequena amostra no concelho de Barcelos se infere, não obstante, que o racismo flagrante parece ocorrer com mais frequência entre inquiridos mais velhos, com mais baixos níveis de escolaridade e elevados índices de privação relativa, enquanto o racismo velado ou subtil surge com maior frequência entre inquiridos mais jovens, com níveis mais elevados de escolaridade e com índices reduzidos ou até nulos de privação relativa, confirmando-se assim as hipóteses avançadas no início.

4. Etnocentrismo e tensões inter étnicas

A interculturalidade só é possível “*se cada uma das culturas aprender a conhecer os seus limites inerentes, se auto interprete e dialogue*” (Dias et al 1997:141), o que não se verifica no presente estudo, onde os considerados “culpados” dos conflitos existentes entre as populações locais e as minorias étnicas são predominante ou exclusivamente atribuíveis a estas últimas.

⁶ Indivíduo do sexo masculino, com 73 anos de idade e sete filhas.

Quadro 1 Motivos aduzidos pelos inquiridos por classe social

Os portugueses...	média e alta burguesia		pequena burguesia		campesinato		operariado				trabalhadores qualificados		profissionais liberais	
	C ⁷	N	C	N	C	N	agrícola e industrial		comércio e serviços		C	N	C	N
							C	N	C	N				
não discriminam	-	-	-	-	-	-	7,1	7,1	-	8,8	-	7,1	-	-
não conhecem a cultura dos...	-	42,9	50,0	25,0	50,0	20,0	28,6	35,7	23,5	14,7	34,5	28,6	-	40,0
são hospitaleiros mas eles fecham-se na sua cultura	42,9	14,3	25,0	-	-	20,0	21,4	21,4	29,4	29,4	20,7	10,7	40,0	40,0
os ... não se comportam de acordo com a nossa cultura	42,9	14,3	-	-	25,0	20,0	21,4	14,3	17,6	2,9	17,2	17,9	40,0	20,0
os ... não se adaptam porque não querem mudar sua cultura	-	14,3	-	-	-	-	7,1	7,1	2,9	5,9	10,3	3,6	-	-
Querem mudar a cultura dos ...	-	-	-	-	25,0	20,0	-	-	2,9	8,8	-	-	20,0	-
não se pode confiar nos ...	-	-	-	-	-	-	14,3	-	8,8	-	10,3	-	-	-
têm sentimentos de superioridade em relação aos...	-	14,3	25,0	50,0	-	20,0	-	7,1	-	17,6	-	14,3	-	-
Os ... não se adaptam porque são menos dotados e pouco instruídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6	-	-
os ... têm outro estilo de vida diferente	14,3	-	-	25,0	-	-	-	7,1	8,8	5,9	6,9	14,3	-	-
os ... têm uma cultura diferente e não se adaptam	-	-	-	-	-	-	-	-	5,9	5,9	-	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ILB, 2003, Projecto POCTI/SOC/2000

Para grande parte dos inquiridos, os conflitos têm origem nas minorias étnicas, sobretudo no que se refere aos ciganos, atenuando-se este ponto de vista quanto aos africanos/negros, mas os motivos apontados são convergentes. Esta apreciação depende do nível de instrução, da idade e da classe social: diminui se a escolaridade aumenta e se transita dos mais velhos para os mais jovens.

Os que assinalam o "sentimento de superioridade dos portugueses", maioritariamente pertencentes à pequena burguesia (50,0% em relação aos africanos e 25,0% em relação aos ciganos) fazem-no não por se sentirem causadores dos conflitos, mas sim porque idealizam o endogrupo, o que, sendo sintomático das relações assimétricas de poder, propicia a discriminação das minorias exogrupais.

Como medidas sociais para reduzir ou atenuar os alegados conflitos inter étnicos, os inquiridos aplaudem medidas pouco comprometedoras que remetem para outros, nomeadamente "implementar programas de promoção dos africanos/negros" (38,8%) ou "dos ciganos" (28,0%) e "garantir igualdade de tratamento por parte das autoridades" (34,7%). Complementarmente apontam o "ensino da tolerância nas escolas" (26,7%) com grandes adeptos junto do campesinato (75,0%), da pequena burguesia e profissionais liberais (50,0% respectivamente).

Ainda que de forma residual, surgem apologistas de soluções impositivas, que pressupõem "obrigar os ciganos e africanos/negros a viverem como os portugueses" (cerca de 12,0%). E, relativamente à aceitação da ajuda económica às minorias étnicas, sobretudo em relação aos ciganos (8,0%), fazem-na condicionalmente, isto é, "só se eles passarem a viver como nós, a respeitar-nos, a pagar impostos como os portugueses." Ou seja, a aceitação da igualdade de direitos para com minorias pressuporia uma "negação da sua identidade". Consequentemente, retomando a ideia de Lapeyronnie (1995:305), a vítima da discriminação e

⁷ C - cigano; N - africano/negro

do racismo não pode deixar de inferir que a igualdade "universal" pertence, antes de mais, ao "mundo dos dominantes",

A resposta de um número considerável de indivíduos que salientam as diferenças culturais entre a população portuguesa e as minorias étnicas só pode ser entendida no quadro de uma concepção que faz das diferenças culturais diferenças problemáticas, contextualmente conflituais. Ora, no desenhar de estratégias para a sua resolução, invocam igualmente diferenças culturais, o que pode legitimar práticas sociais de segregação e discriminação.

5. Conclusão

A análise dos dados recolhidos permite concluir que, de facto, uma parte considerável dos inquiridos denotam atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias face às minorias étnicas sobretudo em relação aos ciganos, embora uma análise mais apurada por classe social e faixa etária nos remete para a necessidade de ponderar as diferenciadas oportunidades de vida ditadas pelas diferenciadas condições de vida, níveis de rendimento, habilitações escolares, culturas e mentalidades.

As práticas e representações sociais dos barcelenses inquiridos deverão ser correlacionadas com outras variáveis, nomeadamente as acima mencionadas e enquadradas em diversos patamares – estrutural, organizacional e interaccional – incluindo as posições sociais, suas culturas e modos de vida. Sem pretender uma generalização abusiva, em termos de frequência, verificamos que, enquanto o racismo flagrante parece ocorrer por parte de inquiridos mais velhos, com mais baixos níveis de escolaridade e elevados índices de privação relativa, o racismo velado ou subtil surge mais entre inquiridos mais jovens, com mais elevada escolaridade e situação de classe mais avantajada. As práticas e representações sociais dos inquiridos, sendo reveladoras das suas mundividências, são também co-estruturantes do posicionamento dos respectivos actores sociais.

Com a predominante visão depreciativa perfilhada por um número elevado de inquiridos resultam dois tipos de movimentos: por um lado, o recuo distanciador por parte de fracções importantes de inquiridos e, por outro, salvo alguns casos de relativa integração e até mobilidade social dalguns membros de minorias, o progressivo fechamento das próprias minorias, podendo desembocar na segregação e formação de ghettos. Esta situação reclama dos cidadãos e dos poderes políticos nacionais e locais por um lado, a necessidade de combater práticas de discriminação e racismo e, por outro promover campanhas pedagógicas de cidadania activa informada e esclarecida, fomentar a educação intercultural no diálogo, no respeito e valorização das diferentes identidades culturais⁸.

Bibliografia

- ADORNO *et al.* (1950), *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque: Harper & Brothers
- BADER, Veit (1995), *Rassismus, Ethnizität, Burgerschaft. Soziologische und Philosophische Überlegungen*, Munster: Westfallisches Dampfboot.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel (1988), *Race, nation, classe: Les identités ambiguës*,

⁸ Tal o como sintetiza Silva (2000:76): "só deste modo é possível, a curto - médio prazo e de modo gradual e progressivo, criar condições favoráveis para combater situações de rotulagem, estigmatização e exclusão sociais e perseguir um objectivo estratégico a médio-longo prazo: a convivência pacífica e a solidariedade entre os diferentes grupos étnicos designadamente entre nacionais e africanos e entre nacionais e ciganos".

Paris: La Decouverte.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris: Les Editions de Minuit.

BRETON, Roland (s/d), *As Etnias*, Porto: Rés- Editora.

DIAS, Maria do Rosário *et al* (1997), "Investigação transcultural sobre atitudes face aos imigrantes:

estudo piloto em Lisboa", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 25: 139-153.

DOLLARD, J. (1937), *Caste and Class in a Southern Town*, New Haven: Yale University Press.

FERREIRA, J. M. Carvalho *et al* (1995), *Sociologia*, Lisboa: McGraw - Hill.

GIDDENS, A. (2000), *Sociologia*, Lisboa: Gulbenkian.

GOBINEAU, Arthur de (1940), *Essai sur l'inegalité des races humaines*, Paris: Firmin-Didot.

GUILLAUMIN, Colette (1995), "A Diferença cultural" in M. WIEVIORKA (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio "Três dias sobre o Racismo"* , Venda Nova: Bertrand: 151-153.

LAPEYRONNIE, Didier (1995), "Pode existir uma política anti- racista?" in M. WIEVIORKA (org.), *Racismo e modernidade: actas do colóquio "Três dias sobre o Racismo"* , Venda Nova: Bertrand: 301-307.

LIÉGEOIS, Jean Pierre (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia .

LINTON, Ralph {1952 (1947), *The Cultural Bacground of Personality*, Londres: Routledge & Kegan Paul.

LORENZ, Konrad (1987), *De constructie van het verleden*. Amsterdam

MACHADO, Fernando Luís (1992) , "Etnicidade em Portugal - Contrastes e politização" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12: 123 - 136.

MEMMI, Albert (1993), *O Racismo*, Lisboa: Caminho.

PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, Nova Iorque: Columbia University Press.

PETTIGREW, Thomas F., MEERTENS, R. W. (1995), " O Racismo velado: dimensões e medidas", in M. WIEVIORKA (org.), *Racismo e modernidade: actas do colóquio "Três dias sobre o Racismo"*: 111-128 , Venda Nova: Bertrand.

PIERUCCI, A., T., (1990), "Ciladas da diferença", *Tempo Social*, 2(2), 7-33.

PINTO, Fátima (1995), "Etnia Cigana - realidade sócio - cultural múltipla e dinâmica", in L.CORTESÃO, F.PINTO (orgs), *O Povo Cigano: Cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*, Porto: Edições Afrontamento: 37-51

REX, John (1988), *Raça e etnia*, Lisboa: Editorial Estampa.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (2000), "Racismo e Conflito interétnico: Elementos para uma investigação", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61-79

VALA, Jorge (1999), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta Editora.

WEBER, Max, (1978), *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e
Londres: University of California Press.

WIEVIORKA, Michel (1993), *Democracia à Prova*, Lisboa: Instituto Piaget